

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 534.451 - MG (2019/0281217-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : WAGNER DIAS FERREIRA
ADVOGADO : WAGNER DIAS FERREIRA - MG062846
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : FERNANDO BATISTA DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **FERNANDO BATISTA DE OLIVEIRA**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Colhe-se dos autos que o paciente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006.

Neste *writ*, alega o impetrante ausência de fundamento válido para a prisão cautelar.

Indica também excesso de prazo para formação da culpa, eis que a prisão preventiva foi decretada em 26/2/2018 e até o momento sequer foi realizada audiência de instrução.

Afirma não subsistir "os motivos que ensejaram o decreto prisional, seja por ausência dos elementos fáticos justificadores, seja porque a prisão se tornou ilegal com o decurso de prazo sem o encerramento da instrução, seja porque o paciente preenche os requisitos subjetivos para obter a liberdade provisória".

Pleiteia a revogação da prisão preventiva.

O pedido liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *habeas corpus*.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

O juiz sentenciante decretou a prisão cautelar sob a seguinte motivação:

A Polícia Civil do Estado de Minas Gerais representou pela expedição de mandado de busca domiciliar e decretação da prisão preventiva em desfavor de Fernando Batista de Oliveira. José Roberto Rainbeau Ribeiro e Arnaldo

de Sousa Assis A ser cumprido nos endereços Rua América, números 211 e 290. bairro Marreca. Conceição da Aparecida

O Ministério Público manifestou favorável ao pleito

Superior Tribunal de Justiça

Informou que investigações preliminares identificaram que os representados teriam participação em organização criminosa e que já conseguiram escapar de ação policial outrora realizada, em que foi encontrado drogas e apetrechos voltado ao seu fracionamento e acondicionamento para venda

Quanto a Arnaldo de Souza Assis não exsurge nos autos nada que demonstre sua participação em atividades ilícitas, somente que ele foi visto na residência em certa ocasião

Relata que a ordem pública está abalada, a população está em pânico há informações de que Fernando ameaçaria terceiros, acreditando serem eles os delatores da ação à policia Tendo sido a ele imputado tentativa de homicídio de Edriano Madeira

Não é só Assevera que os fatos são graves pois trata-se de organização de pessoas voltadas para o tráfico e outros crimes

Por fim. relatou que os envolvidos estão armados e já furtaram-se da ação policial

Como cediço, a liberdade vigora, como regra no ordenamento jurídico. sendo que a prisão cautelar é medida excepcional No caso em tela os indivíduos supostamente participaram de organização criminosa voltada a traficância e outros crimes

In casu, verifico que os fatos violam a ordem pública

Desse modo, presentes os requisitos constantes dos artigos 312 e 313, I, do CPP. havendo indícios suficientes de autoria e prova da materialidade, a prisão é imperiosa.

Assim, ao menos em uma ponderação provisória, caracterizada quando se analisa as provas coletadas até o momento DEFIRO EM PARTE e DECRETO. AS PRISÕES PREVENTIVAS de Fernando Batista de Oliveira e Jose Roberto Rambeau Ribeiro e INDEFIRO quanto a Arnaldo de Souza Assis."

O acórdão impugnado esclareceu ainda:

"Inicialmente sustenta a Defesa que os requisitos autorizadores da custódia cautelar dispostos no art. 312 do Código de Processo Penal estão ausentes in casu. Assim sendo, argumenta que a decisão que decretou a prisão preventiva não contém qualquer fundamentação, restringindo-se a apontar os indícios delitivos e não demonstrando as razões concretas pelas quais a prisão se faz medida necessária.

Compulsando os autos, em contrariedade ao alegado pela defesa, tenho que os posicionamentos da douta magistrada a quo decidindo, tanto pela decretação da prisão preventiva, quanto, posteriormente, pela manutenção da segregação cautelar do paciente, se revelam absolutamente acertados e estão lastreados em elementos concretos, extraídos das circunstâncias colhidas nos autos, devidamente fundamentados. Assim, fazendo-se explícita a presença dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, não vislumbro qualquer ilegalidade que venha a macular referido ato. Veja-se as decisões da MM. Juíza de Direito Ana Maria Marco Antonio, primeiro a que decretou a prisão preventiva do paciente (ordem 15, fls. 16/20), depois a que indeferiu o pedido de revogação da prisão cautelar (ordem 16,

Superior Tribunal de Justiça

fls. 07/08):

"(...) investigações preliminares identificaram que os representados teriam participação em organização criminosa e que já conseguiram escapar de ação policial outrora realizada, em que foi encontrado drogas e

apetrechos voltados ao seu fracionamento e acondicionamento para venda.

(...)

No caso em rela os indivíduos supostamente participaram de organização criminosa voltada a traficância e outros crimes.

In casu, verifico que os fatos violam a ordem pública.

Desse modo, presentes os requisitos constantes dos artigos 312 e 313,1, do CPP, havendo indícios suficientes de autoria e prova da materialidade, a prisão é imperiosa. (...)" (ordem 15, fls.16/20)

"(...) Após analisar os autos, verifico que subsistem os motivos que decretaram a prisão preventiva do acusado.

O acusado está sendo investigado por supostamente ser líder de organização criminosa voltada a prática de tráfico de drogas, que se fixou na pequena cidade de Conceição da Aparecida.

A defesa narra que não há nada em concreto em desfavor do acusado, para que fosse determinada sua prisão preventiva.

No entanto, consta á f. 112 que o local onde residia Fernando é conhecido como ponto de drogas em Conceição da Aparecida.

Consta ainda que o acusado evadiu-se do local onde houve a abordagem policial.

(...)

Por fim, verifico que até o momento o acusado continua foragido, não tendo inclusive citado para apresentação de sua defesa. Desta forma verifico que a pretensão do acusado é restar-se livre e evadir-se da instrução criminal. Além da conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal, também a ordem pública precisa e deve ser resguardada, e para isso, a manutenção, ao menos por ora, do dereto prisional é essencial. (...)"

As circunstâncias narradas nos autos são graves. A exordial acusatória (ordem 15, fls. 04/09) narra que em três endereços diferentes, em virtude de diligências policiais realizadas em diferentes momentos, supostamente foi encontrada significativa variedade e quantidade de entorpecentes, veículo automotor e motocicleta de elevado valor financeiro, bem como balança de precisão e material para porcionamento de entorpecentes, sendo, em tese, 170 (cento e setenta) pontos de LSD, 05 (cinco) porções de haxixe, 34 (trinta e quatro) porções de maconha, 105 (cento e cinco) pinos de cocaína, 19 (dezenove) pedras de crack, um automóvel da marca BMW modelo 118i e uma motocicleta Yamaha, modelo XT 660z Teneré.

Consta ainda, da decisão que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva, que o paciente teria, em tese, evadido do distrito de culpa, estando foragido ao momento da decisão, bem como, da decisão que decretou a custódia preventiva e do parecer ministerial, que o acautelado estaria ameaçando terceiros, evidenciando a necessidade da manutenção da custódia cautelar para garantia da instrução criminal.

Ademais, extrai-se da CAC do paciente (ordem 17), que este possui inquéritos em instrução pela suposta prática dos crimes de receptação, desobediência e pelo delito disposto no art. 309 do Código de Trânsito

Brasileiro, o que indica, no mínimo, para possível reiteração delitiva. Por certo a gravidade genérica do crime imputado aos pacientes e a existência de apontamentos criminais não constituem fundamentação idônea a autorizar a prisão cautelar. Todavia, conforme demonstrado nos autos, tenho que restou suficientemente demonstrado no caso concreto a necessidade de manter o paciente acautelado, razão pela qual deve assim ser mantida com fulcro no que predispõe o art. 312 do Código de Processo Penal.

No entendimento do ilustre doutrinador Guilherme de Souza Nucci acerca da garantia da ordem pública, enquanto um dos requisitos para a prisão cautelar, previstos no art. 312 do CPP, temos que:

(...)

Sendo assim, não há espanto no ato judicial que achou por bem decretar a prisão preventiva do mesmo, estando esta decisão, assim, em devida correspondência com o artigo 312 Código de Processo Penal."

De acordo com o art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

No caso, observa-se que a custódia cautelar está suficientemente motivada na garantia da ordem pública, haja vista a gravidade do fato e a reiterada conduta delitiva do agente.

Segundo consta da denúncia, o paciente é apontado como "mentor intelectual, financiador e adquirente, em outras praças, do entorpecente trazido para aquele município. Lá, era também responsável pelo financiamento da locação de ao menos três imóveis, sucessivamente ocupados pelo bando na medida em que a polícia procedia às intervenções". (e-STJ, fl. 59)

Nos três endereços diligenciados, foram apreendidos 170 (cento e setenta) pontos de LSD, 05 (cinco) porções de haxixe, 34 (trinta e quatro) porções de maconha, 105 (cento e cinco) pinos de cocaína, 19 (dezenove) pedras de *crack*, além de um automóvel da marca BMW e uma motocicleta Yamaha, sem comprovação de origem lícita.

Esta Corte, inclusive, possui entendimento reiterado de que a quantidade e a diversidade dos entorpecentes encontrados com o agente, quando evidenciarem a maior reprovabilidade do fato, podem servir de fundamento para a prisão preventiva.

A propósito:

"[...]

2. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

No caso dos autos, a prisão preventiva foi adequadamente mantida na sentença, a qual indeferiu o direito de recorrer em liberdade com base

Superior Tribunal de Justiça

em elementos concretos, a gravidade concreta da conduta e a periculosidade do agente, evidenciadas pela natureza e elevada quantidade das drogas apreendidas (177 porções de 'cocaína', com peso de 40,36g e 01 uma porção de 'maconha', com peso de 23,59g), o que denota a necessidade da prisão para resguardar a ordem pública, não havendo falar em existência de evidente flagrante ilegalidade.

[...]

Habeas corpus não conhecido."

(HC 393.308/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 6/4/2018).

"*HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTOS. GRAVIDADE CONCRETA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO.

1. A prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada e com base em dados concretos, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos do art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal.

2. No caso, a prisão cautelar foi decretada para a garantia da ordem pública, com base na gravidade concreta do delito, evidenciada pela quantidade e natureza da droga apreendida (170 invólucros plásticos, contendo cocaína, pesando 68,1 g e 20 invólucros plásticos contendo maconha, pesando 40,5 g), aliada às circunstâncias em que se deu a prisão em flagrante.

3. É consabido que eventuais condições subjetivas favorável ao paciente não são impeditivas à decretação da prisão cautelar, caso estejam presentes, como na hipótese, os requisitos autorizadores da referida segregação.

4. Ordem denegada."

(HC 425.704/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 27/2/2018, DJe 8/3/2018).

Ressalta-se, ainda, que o paciente possui inquéritos em instrução pela suposta prática dos crimes de receptação, desobediência e pelo delito disposto no art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro.

Dessarte, segundo jurisprudência desta Corte, "a persistência do agente na prática criminosa justifica, a priori, a interferência estatal com a decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, porquanto esse comportamento revela uma periculosidade social e compromete a ordem pública" (RHC 118.027/AL, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 14/10/2019).

Por fim, vale anotar que a custódia cautelar também se mostra necessária para a conveniência da instrução criminal e para aplicação da lei penal.

Conforme indicado no decreto preventivo, o paciente "ameaçaria terceiros, acreditando serem eles os delatores da ação à polícia, tendo sido a ele imputado tentativa de

Superior Tribunal de Justiça

homicídio de Edriano Madeira". Logo, o risco concreto de que em liberdade o paciente possa atentar novamente contra a vida de testemunhas reforça a imprescindibilidade do encarceramento cautelar.

Ademais, conforme ressaltado na decisão que indeferiu pedido de liberdade provisória (fls. 99-100), o paciente está foragido, não havendo notícias do cumprimento do mandado de prisão.

Nesse sentido, já decidiu essa Corte pela necessidade de se assegurar a aplicação da lei penal:

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE FALTA DE ELEMENTOS DE AUTORIA. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE PROVAS. VIA INADEQUADA. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. NATUREZA E QUANTIDADE DA DROGA. RÉU FORAGIDO. GARANTIA DE APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA. (...)

4. O Paciente permanece foragido, a indicar que pretende se furtar à perseguição criminal do Estado, o que evidencia a necessidade da prisão para garantia de aplicação da lei penal.

(...)

(HC 481.686/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 15/03/2019)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES. NEGATIVA AO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. EVASÃO DO DISTRITO DE CULPA. RÉU QUE PERMANECEU FORAGIDO POR MAIS DE 3 ANOS. MAUS ANTECEDENTES. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. EXTENSÃO DO BENEFÍCIO DE LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDA A CORRÉU. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. NÃO INCIDÊNCIA DO ART. 580 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

3. A prisão preventiva foi adequadamente motivada pelas instâncias ordinárias, tendo sido demonstrada, com base em elementos concretos, a possibilidade de frustração da aplicação da lei penal, haja vista que o paciente permaneceu foragido por mais de 3 anos, tendo sido localizado em outro estado membro da Federação.

4. O entendimento desta Quinta Turma é no sentido de que "a evasão do distrito da culpa, comprovadamente demonstrada nos autos, e que perdura, é motivação suficiente a embasar a segregação cautelar para

Superior Tribunal de Justiça

garantir, na hipótese dos autos, a aplicação da lei penal" (HC 322.346/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 11/09/2015).

(...)

(HC 462.588/PE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 18/10/2018, DJe 06/11/2018)

Quanto à alegação de excesso de prazo na formação da culpa, melhor sorte não assiste à defesa.

Esta Corte Superior de Justiça possui entendimento de que a condição de foragido do acusado afasta a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Confirmam-se:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL. PACIENTE QUE ESTÁ FORAGIDO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

(...)

III - A Jurisprudência dessa Corte Superior se firmou no sentido de que a devida caracterização da fuga do distrito da culpa enseja motivo suficiente a embasar a manutenção da constrição cautelar decretada, bem como afasta a possibilidade da ocorrência de excesso de prazo, não havendo que se falar em qualquer constrangimento ilegal na hipótese. Precedentes.

IV - Inviável a aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, in casu, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal.

Habeas corpus não conhecido.

(HC 533.690/DF, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 21/10/2019)

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIOS CONSUMADO E TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. LEGALIDADE. REITERAÇÃO DE PEDIDO. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DO FEITO. NÃO CONFIGURAÇÃO. PACIENTE FORAGIDO. ORDEM CONHECIDA EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA.

(...)

4. Ademais, é orientação desta Corte Superior que fica superada a alegação de tempo excessivo para o encerramento do feito se o paciente estiver foragido. Precedentes.

5. Ordem conhecida em parte e, nessa extensão, denegada.

(HC 519.170/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 21/10/2019)

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.
Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator

